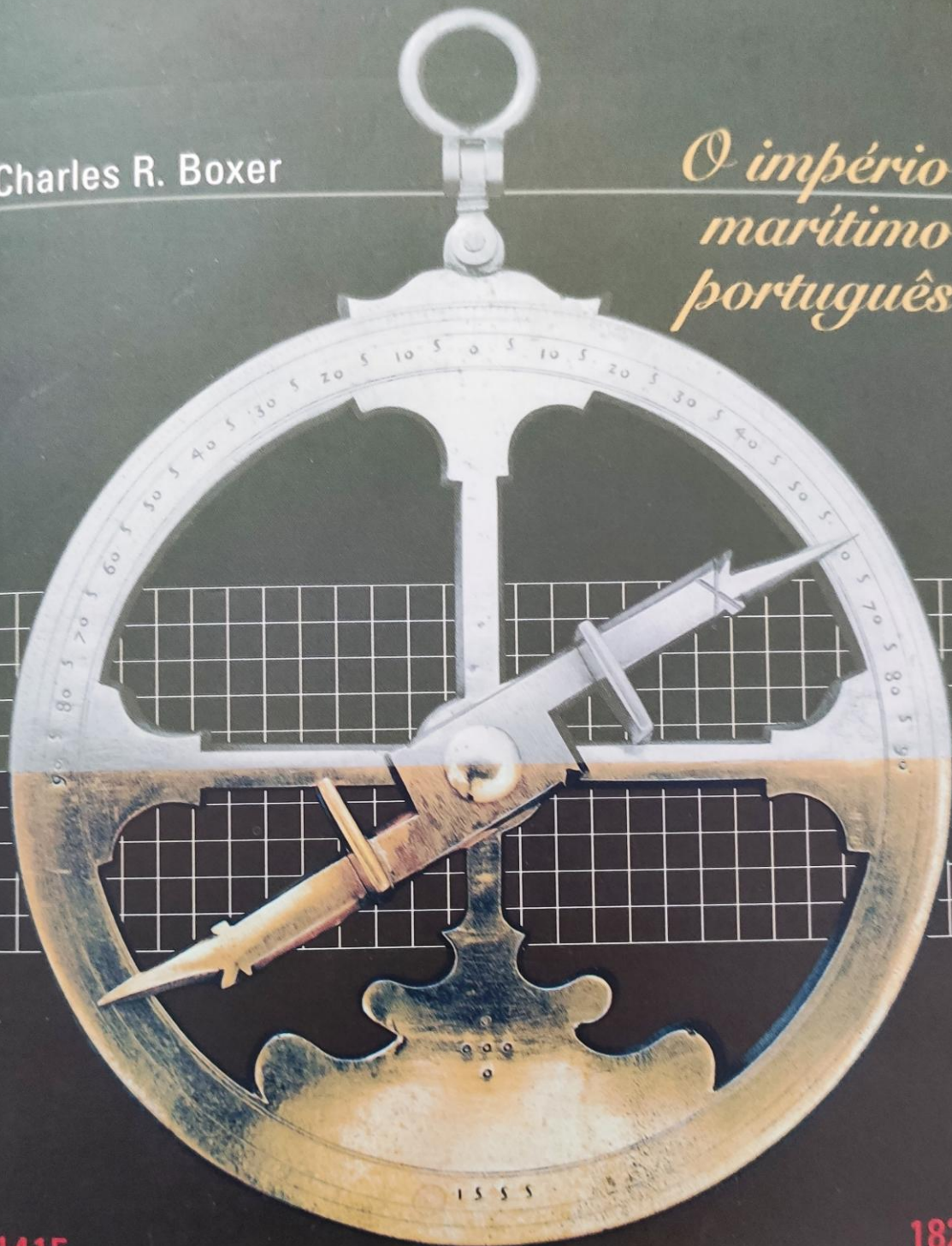


Charles R. Boxer

*O império
marítimo
português*



1415

1825



SHOT ON MI 9T
AI TRIPLE CAMERA



5. A luta global com os holandeses (1600-63)

Willem Bosman, autor de uma descrição clássica da Guiné no fim do século XVII, observou que o papel dos descobridores e conquistadores portugueses foi o de “lançarem os cães para espantar a caça, que, depois, foi apanhada por outros”, tendo sido os holandeses os principais beneficiados. Essa observação irônica contém grande dose de verdade, pois quando os holandeses passaram à ofensiva em sua Guerra dos Oitenta Anos pela independência contra a Espanha, no final do século XVI, foi nas possessões portuguesas mais do que nas espanholas que se concentraram seus ataques mais pesados e persistentes. Uma vez que as colônias espanholas estavam espalhadas pelo mundo todo, a luta subsequente foi travada em quatro continentes e nos sete mares; e essa conflagração seiscentista merece muito mais ser chamada de Primeira Guerra Mundial do que a carnificina de 1914-8, a que geralmente se atribui essa honra duvidosa. É evidente que a proporção das baixas sofridas no conflito ibero-holandês foi muito menor, mas a população mundial era igualmente muito menor naquele período, e a luta sem dúvida foi mundial. A guerra foi travada não só nos campos de Flandres e no mar do Norte, como também em regiões tão remotas como o estuário do Amazonas, o interior de Angola, a ilha de Timor e a costa do Chile. As presas incluíam o cravo-da-índia e a noz-moscada das Molucas, a canela do Ceilão, a pimenta de Malabar,

a prata do México, Peru e Japão, o ouro da Guiné e de Monomotapa, o açúcar do Brasil e escravos negros da África Ocidental. Quando nos lembramos de que as populações respectivas dos dois pequenos países de que estamos tratando de modo especial, o reino de Portugal e a República Holandesa Unida, provavelmente não excediam mais do que 1,5 milhão, e de que ambos estavam profundamente enredados na Europa, a magnitude e a extensão dos esforços que fizeram não podem deixar de provocar nossa admiração. Além disso, essa luta global muitas vezes envolveu outras partes, como ingleses, dinamarqueses, congoleses, persas, indonésios, cambojanos e japoneses, em diferentes locais e datas. Finalmente, havia um forte elemento religioso na questão, tendo em vista que portugueses católicos romanos e holandeses calvinistas consideravam-se paladinos de suas religiões, e, em decorrência, acreditavam estar travando a batalha de Deus contra seus inimigos. Para os adeptos da “verdadeira religião reformada”, como foi definida no Sínodo de Dort, em 1618-9, a Igreja de Roma era “a grande prostituta da Babilônia”, e o papa, o verdadeiro anticristo. Os portugueses, por seu lado, estavam amplamente convencidos de que a salvação só podia ser obtida mediante a crença nas doutrinas da Igreja católica romana, como tinham sido definidas no Concílio de Trento, que ocorrera no século XVI. “Os holandeses são apenas bons artilheiros e, além disso, servem somente para ser queimados como hereges desesperados”, escreveu um cronista português que expressava as convicções de muitos de seus compatriotas em 1624.

O ataque maciço dos holandeses ao império colonial português foi ostensivamente motivado pela união das coroas espanhola e portuguesa na pessoa de Filipe II de Espanha, contra cujo governo, nos Países Baixos, os holandeses haviam se revoltado em 1568. Dez anos mais tarde, com a derrota e a morte do rei dom Sebastião, que não deixou descendência, no campo de Alcácer Quibir, no Marrocos (em 4 de agosto de 1578), a Coroa portuguesa foi transferida para o último monarca da Casa de Avis, o idoso e doente cardeal dom Henrique. Este morreu em janeiro de 1580, e, alguns meses depois, Filipe, cuja mãe era uma princesa portuguesa, fez valer suas pretensões ao trono vago com a ajuda dos veteranos do duque de Alba e das “balas de prata” mexicanas, numa combinação judiciosa que permitiu que se vangloriasse de seu novo domínio: “Herdei-o, comprei-o, conquistei-o” (“Yo lo heredé, yo lo compré, yo lo conquisté”). As coroas de Espanha e Portugal continuaram unidas

nos sessenta anos seguintes, um período que os portugueses patriotas mais tarde compararam com o cativeiro dos judeus na Babilônia. O império colonial ibérico, que durou de 1580 a 1640, e que se estendia de Macau, na China, a Potosí, no Peru, foi o primeiro império mundial onde o sol nunca se punha.

Ao assumir a Coroa portuguesa em 1580, Filipe II não encontrou mais do que uma resistência simbólica, a não ser na ilha Terceira (nos Açores), onde os espanhóis tiveram que organizar uma grande invasão. A maioria da nobreza portuguesa e do alto clero era a favor da união. O povo e muitos dos membros do baixo clero opunham-se tacitamente a ela, mas estavam desorganizados, desanimados e sem líder depois do desastre de Alcácer Quibir, que mais tarde desorganizou a economia do país devido à necessidade de pagar os resgates de milhares de cativos capturados pelos mouros. No entanto, o sentimento nacionalista português era muito forte, e o próprio Filipe foi prudente ao garantir, em 1581, durante a reunião das Cortes que sancionou legalmente sua tomada da Coroa, que os dois impérios coloniais deviam permanecer entidades separadamente administradas. A união das coroas ibéricas era pessoal, como a do Reino Unido da Escócia e da Inglaterra nas pessoas dos monarcas Stuart desde a ascensão de James VI (e I) até a Lei da União no reinado da rainha Ana. O rei Filipe II de Espanha e I de Portugal jurou preservar as leis e a língua portuguesas; a consultar conselheiros portugueses em todos os assuntos concernentes a Portugal e suas possessões ultramarinas, e a nomear apenas funcionários portugueses para elas. Os espanhóis estavam expressamente proibidos de comerciar ou de se fixar no império português, e os portugueses, no espanhol.

Os portugueses queixaram-se, posteriormente, de que a união de sua Coroa com a de Castela era a única razão pela qual seus domínios ultramarinos foram atacados pelos holandeses e, em menor escala, pelos ingleses, no século XVI. Essas reclamações, embora bastante naturais, não eram exatamente justas. Já em meados do século XVI, os ingleses contestaram a pretensão portuguesa ao monopólio do comércio da Guiné, e não há dúvida de que as duas nações marítimas protestantes teriam, de qualquer maneira, entrado em conflito com Portugal por causa da ambição deste de ser o único senhor dos mares a leste do cabo da Boa Esperança. Entretanto os esforços empreendidos por Filipe II para sufocar a revolta dos Países Baixos e os embargos esporádicos ao comércio holandês com a península e o império ibérico é que contri-

buíram para envolver os portugueses em hostilidades com as potências marítimas do Norte mais cedo do que, em outras circunstâncias, poderia ter acontecido. Além disso, uma vez que os holandeses decidiram entrar em guerra no ultramar e atacar os inimigos ibéricos nas possessões coloniais que lhes forneciam os recursos econômicos, em vez de combater em Flandres e na Itália, Portugal, como o membro mais fraco das duas coroas, inevitavelmente sofreu mais do que Castela os golpes deflagrados pela potência marítima que lhe era superior. A guerra colonial teve início com ataques de barcos de guerra holandeses às ilhas de São Tomé e Príncipe, em 1598-9. À medida que a luta se estendia no espaço e no tempo, os holandeses tendiam a dirigir suas investidas contra as colônias portuguesas na Ásia, na África e no Brasil. Quase todas situavam-se em costas marítimas expostas, e, portanto, eram muito mais vulneráveis do que o México e o Peru, os vice-reinos espanhóis voltados para o interior, que não podiam ser dominados — nem mesmo seriamente ameaçados — tão-somente por mar.

A expansão holandesa pelos sete mares durante a primeira metade do século xvii foi, à sua maneira, tão notável como a expansão marítima portuguesa e espanhola ocorrida cem anos antes, mas estamos aqui principalmente interessados no efeito devastador que ela teve sobre o império português. Entretanto, embora concentrando nossa atenção nesse aspecto da história, não podemos esquecer que os holandeses também realizavam, muitas vezes, ataques vigorosos ao mundo colonial espanhol. Simultaneamente ao primeiro que a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais fez ao Brasil, em 1624-5, outra frota de onze navios e 1650 homens, equipada pelos Estados Gerais e pela Companhia Holandesa da Índias Orientais, navegou para o Pacífico através do estreito de Magalhães, atacou as costas do Peru e do México, e atravessou o oceano em direção às Molucas e à Batávia — feito notável quanto à capacidade empreendedora e à organização. Além disso, os holandeses, enquanto atacavam os portugueses em suas possessões asiáticas, lançavam ataques frequentes — se bem que não com tanto êxito — contra as Filipinas, até o tratado de Munster, assinado em 1648, pôr fim à Guerra dos Oitenta Anos entre os Países Baixos e a Espanha.

A luta luso-holandesa, que começou com as investidas contra São Tomé e Príncipe, em 1598-9, terminou com a captura das colônias portuguesas na costa de Malabar, em 1663, apesar de os termos da paz terem sido estabelecidos

dos somente seis anos mais tarde em Lisboa e em Haia. Até a restauração da independência portuguesa com a proclamação do duque de Bragança como rei dom João IV, em 1^a de dezembro de 1640, portugueses e espanhóis eram aliados contra os holandeses, mas nos 23 anos seguintes os portugueses tiveram que lutar contra os espanhóis em território ibérico e contra os holandeses no ultramar. Arriscando-nos a uma simplificação excessiva, podemos dizer que essa longa guerra colonial tomou a forma de uma luta pela comercialização das especiarias asiáticas, pelo tráfico de escravos da África Ocidental e pela importação e revenda do açúcar brasileiro. Também podemos dizer que o resultado final foi equilibrado: uma vitória para os holandeses na Ásia, um empate na África Ocidental e uma vitória para os portugueses no Brasil. A seguir, resumimos brevemente os acontecimentos decisivos dessa guerra.

Os holandeses logo conseguiram ser bem-sucedidos nas Índias Orientais com a conquista das principais ilhas das Especiarias, em 1605, tendo encontrado forte resistência dos portugueses em Tidore e nenhuma em Amboíno. No ano seguinte, os espanhóis das Filipinas organizaram uma contra-ofensiva inesperada, que lhes permitiu tomar e conservar Tidore e parte de Ternate, até que a ameaça de um ataque chinês a Manila os forçasse, em 1662, a mandar regressar as guarnições que se encontravam nas Molucas e ceder o monopólio do cravo-da-índia aos holandeses. Depois da expulsão dos espanhóis das Molucas, os portugueses estabeleceram-se em Macaçar (nas Celebes do Sul), utilizada como base para o comércio do cravo, do sândalo e de outros produtos indonésios, sob a proteção dos tolerantes governadores muçulmanos de Gowa e Tallo e desafiando as pretensões monopolistas da Companhia Holandesa das Índias Orientais, cujo quartel-general estava instalado na Batávia (Jacarta) desde 1619. Os holandeses foram forçados a armar duas importantes expedições contra Macaçar, em 1660 e 1667, antes de afinal expulsar os portugueses e os representantes das Companhias das Índias Orientais da Inglaterra e da Dinamarca. Enquanto isso, devastavam sistematicamente o comércio marítimo português da Ásia desde o golfo Pérsico até o Japão e destruíam grande parte da longa cadeia de colônias costeiras portuguesas, capturando-as uma a uma. O bloqueio que fizeram ao estreito de Malaca, entre 1634 e 1640, foi particularmente eficaz, e essa fortaleza — a Cingapura dos séculos XVI e XVII — caiu por fim em janeiro de 1641. Entre 1638 e 1658, conquistaram os estabelecimentos portugueses na costa do Ceilão e completaram

suas aquisições na Ásia com a tomada de Cochim e de outras fortalezas portuguesas na costa de Malabar, em 1663.

Desse modo, a Companhia Holandesa das Índias Orientais, fundada em 1602, conseguiu com êxito o controle do comércio do cravo, do macis e da noz-moscada das Molucas, da canela da costa do Ceilão e da pimenta de Malabar. Por volta de 1663, os holandeses granjearam dos portugueses a posição de proprietários da parte do leão no negócio de transportes em águas asiáticas, entre o Japão e a Arábia. Havia obtido o monopólio do comércio europeu com o Japão depois da expulsão dos portugueses da ilha-império pelo ditador militar da família Tokugawa, por motivos políticos e religiosos, em 1639. Os únicos lugares de onde não conseguiram expulsar os portugueses foram Macau, na costa do sul da China, e as ilhas mais afastadas do arquipélago das Sunda Menores (Timor, Solor, Flores), na Indonésia. Desferiram poderoso ataque contra Macau, em junho de 1622, que, no entanto, foi repellido pelos defensores à custa de inúmeras baixas, e outra expedição, armada em 1660, foi desviada para Formosa. Os esforços holandeses para privar os portugueses do comércio do sândalo nas ilhas Sunda Menores fracassaram no decorrer do tempo, sobretudo porque os habitantes eram animados, liderados e organizados para se opor aos holandeses pelos missionários dominicanos que lá residiam. Ao contrário dos holandeses, os ingleses contentaram-se quase sempre, no Oriente, em adotar uma atitude defensiva diante dos portugueses, mas os persas não teriam tomado Ormuz, em 1622, não fossem os seis poderosos navios e os hábeis artilheiros fornecidos pelos ingleses. O rápido progresso dos holandeses no Oriente alarmou quase tanto os ingleses como os portugueses, levando a um *renversement des alliances* e à trégua anglo-portuguesa em Goa, em 1633. A inveja dos holandeses também acarretou um acordo entre dinamarqueses e portugueses nas Índias Orientais, após algumas hostilidades esporádicas e menores entre ambos de 1619 a 1631.

Na África Oriental, os holandeses falharam duas vezes na tentativa de tomar dos portugueses o posto intermediário da ilha de Moçambique (em 1607 e 1608), e esse fracasso foi uma das razões que os levaram a fundar uma colônia holandesa no cabo da Boa Esperança, em 1652. Muito tempo se passou, porém, antes de conseguirem penetrar de fato no interior, ao passo que os portugueses, nesse período, estavam estendendo seu domínio, por meio de ataques e do comércio, do vale do rio Zambeze até o território atual do Zim-

bábue [ex-Rodésia]. Na África Ocidental, já em 1612, os holandeses fixaram-se na Costa do Ouro, em Mouri (Forte Nassau), e não demoraram a tirar dos portugueses a maior parte do comércio do ouro. Fracassaram desastrosamente na primeira tentativa de tomar São Jorge da Mina em 1625, mas foram bem-sucedidos treze anos depois, numa expedição mais bem organizada. Ocuparam pela força a costa de Angola e de Benguela em agosto de 1641, embora tivessem conhecimento de que Portugal se revoltara contra a união com a Espanha em dezembro do ano anterior, e que as conquistas ultramarinas muito provavelmente seguiriam o exemplo do país-mãe — como todas fizeram em 1645, com exceção de Ceuta. Os invasores calvinistas de Angola estabeleceram relações surpreendentemente cordiais com Garcia II, rei católico romano do Congo, e com a rainha canibal Nzinga, dos jagas. Em agosto de 1648, esses estranhos aliados estavam prestes a aniquilar os portugueses, defensores sobreviventes de Angola, nas três posições que lhes restavam no vale do Quanza (Muxima, Massangano e Cambambe), quando uma expedição luso-brasileira proveniente do Rio de Janeiro reconquistou Luanda e modificou totalmente a situação no último momento. Quando a paz foi assinada em 1663, os holandeses passaram a dominar as primeiras posições portuguesas na Costa do Ouro, mas os portugueses permaneceram com o controle sobre Angola, Benguela, São Tomé e Príncipe, por eles reconquistadas em 1648-9.

No Brasil, depois da ocupação efêmera da Bahia, em 1624-5, os holandeses invadiram Pernambuco em 1630 e, quinze anos mais tarde, controlavam a parte maior e mais rica dos distritos costeiros nordestinos produtores de açúcar. Os habitantes dessa região revoltaram-se contra seus senhores heréticos em junho de 1645, e, após alguma hesitação inicial da parte de dom João IV, receberam de Portugal ajuda significativa, ainda que não oficial, de homens e navios. Depois de quase uma década de guerra acirrada, Recife e as últimas posições holandesas capitularam em janeiro de 1654. A primeira senha dos insurgentes para a revolta foi “açúcar”, o que denota claramente que era uma das causas (e recompensas) principais da guerra, embora o *odium theologicum* entre calvinistas e católicos romanos tivesse desempenhado papel ainda mais importante na eclosão da revolta. Ambas as partes utilizaram auxiliares índios na luta, como já acontecera um século antes com os franceses, e a maioria das tribos tapuias aderiu aos holandeses, enquanto a maioria dos tupis permaneceu fiel aos portugueses. Muitas das forças luso-brasileiras nessa campanha

compunham-se de mulatos, negros e mestiços de todos os tipos. Entre os mais destacados comandantes de regimento estavam um chefe indígena puro (Camarão) e um negro puro (Henrique Dias). O primeiro chefe da revolta, João Fernandes Vieira, que lutou do primeiro ao último dia, era filho de um fidalgo da Madeira e de uma prostituta mulata. O desgosto natural dos holandeses por terem perdido o "Brasil holandês" foi intensificado pelo fato de terem compreendido que haviam sido derrotados por um exército em grande parte de cor. Assim, o comércio do açúcar ficou por fim em poder dos portugueses, mas métodos mais avançados de cultivo do açúcar e de moagem da cana foram introduzidos nas Índias Ocidentais britânicas e francesas durante a ocupação holandesa de Pernambuco, provavelmente graças à atuação de judeus luso-brasileiros.

As derrotas sofridas pelos portugueses para os holandeses nos primeiros quarenta anos do século XVII constituíram um dos principais motivos para a revolta daqueles contra a Coroa espanhola em 1640, contudo foi vã a esperança de que os holandeses deixariam de atacar as possessões portuguesas assim que a metrópole tivesse cortado seus laços com a Espanha. Em Haia, em 1641, assinou-se uma trégua de dez anos entre os dois adversários, que foi ratificada um ano mais tarde e implementada na Ásia somente em novembro de 1644. No Brasil e em Angola a trégua nem sempre foi observada, mesmo antes do recomeço, em grande escala, da guerra que teve origem na eclosão da revolta pernambucana, em junho de 1645. A intensificação das hostilidades fora da Europa após a expiração da trégua, em 1652, levou os portugueses a procurar a proteção de uma aliança com os ingleses, por intermédio do casamento de Carlos II com Catarina de Bragança, em 1661. A paz que Portugal conseguiu posteriormente com a Espanha e as Províncias Unidas (em 1668-9), em parte devido à ação mediadora dos ingleses, foi, no que diz respeito a Portugal, de esgotamento. O fato de sacrificar Bombaim e Tânger aos hereges ingleses como parte do dote de Catarina melindrou os portugueses, fervorosos católicos, embora não houvesse nenhuma probabilidade de que pudessem, naquelas circunstâncias, promover o desenvolvimento dessas duas possessões.

As razões para a vitória dos holandeses na Ásia podem se resumir a três pontos fundamentais: recursos econômicos superiores, número superior de homens, poder marítimo superior. As Províncias Unidas da Holanda Livre eram uma metrópole mais rica do que o empobrecido reino de Portugal. A

- recrutamento
- Holanda:
transporte asiático

população dos dois países devia ser aproximadamente idêntica (de 1,25 milhão a 1,5 milhão de habitantes cada um), porém, enquanto Portugal teve que fornecer carne de canhão a serviço da Espanha, até 1640, e contra ela a partir daí, os holandeses podiam se servir, e se serviram amplamente, em seus exércitos e frotas, do potencial humano fornecido por seus vizinhos alemães e escandinavos. A disparidade do efetivo humano no mar era ainda mais impressionante, e foi convincentemente expressa pelo grande jesuíta português Antônio Vieira, em 1649. Ele calculava que os holandeses possuíam mais de 14 mil navios que podiam ser usados como vasos de guerra; Portugal por sua vez não possuía sequer treze navios da mesma categoria. Os holandeses, dizia ele, dispunham de 250 mil marinheiros para tripular os navios, enquanto Portugal não conseguia reunir 4 mil. É claro que Vieira exagerava, mas não muito. Um censo realizado em Lisboa, em 1620, que pretendia identificar o número de marinheiros disponíveis para tripular a frota registrou apenas 6260 homens em todo o país. Numa reunião do conselho consultivo do vice-rei em Goa, em novembro de 1643, afirmou-se que não havia em Lisboa número suficiente de pilotos habilitados para conduzir qualquer embarcação para a Índia, uma vez que todos os que possuíam as devidas credenciais — menos de dez indivíduos — encontravam-se nos três navios que faziam a Carreira da Índia, detidos pelo bloqueio holandês em Goa. A falta de marinheiros de alto-mar foi um problema permanente no império português, como já tivemos oportunidade lembrar, mas nunca foi tão grave como durante a longa crise causada pela guerra contra os holandeses.

Outra razão para os sucessos marítimos dos holandeses na Ásia deve-se a que os governadores-gerais da Batávia, e em especial Antonio van Diemen, que partiu a espinha dorsal do poder marítimo português no Índico, entre 1636 e 1645, possuíam conhecimentos a respeito de estratégia naval muito mais eficazes do que a maioria dos vice-reis portugueses de Goa. Além disso, os portugueses contavam, para atuar como chefes navais e militares, quase exclusivamente com os fidalgos, senhores de linhagem e de brasão, por isso se encontravam em desvantagem em relação aos comandantes a serviço da Companhia Holandesa das Índias Orientais, na qual a experiência e a competência profissional (e não a genealogia e o status social) constituíam os critérios principais para a promoção. Os observadores portugueses mais inteligentes não deixaram escapar esse fato. Um deles, ao escrever em 1656, frisou com

mordacidade o contraste entre os aristocráticos fidalgos, que haviam perdido Malaca e Ceilão, e os holandeses de condição humilde que os conquistaram. Outros fatores relevantes foram a disciplina mais eficaz e o treinamento dos marinheiros e soldados holandeses, aliados à crescente riqueza da Companhia Holandesa das Índias Orientais, que contrastava com a economia em declínio da até então “dourada” Goa.

O padre Fernão de Queirós, o cronista jesuíta da guerra luso-holandesa no Ceilão, queixava-se de que “os holandeses diziam com razão que a nossa guerra era sempre uma *guerra de pobres*”. Um experiente comandante português na Índia disse ao vice-rei, em 1663: “É fato bem sabido que a sorte da guerra não pode ser melhorada sem homens e sem dinheiro, e esta é a razão por que vemos tantas desordens, tantas lágrimas e tantas perdas, porque o rei não tem senão um tesouro vazio e seus vassallos não têm nenhum capital para o ajudarem”. No ano seguinte, outro comandante português escreveu, da costa de Malabar, ao mesmo vice-rei:

Qualquer capitão holandês tem plenos poderes e muito dinheiro para utilizar em qualquer ocasião, e está autorizado a gastá-lo sem preocupação quando necessário. Quanto a nós, temos que obter a permissão de uma autoridade superior para qualquer coisa ainda que mínima, e essa permissão chega, freqüentemente, tarde demais. Além disso, como estamos mal supridos, somos sempre obrigados a implorar, seja para onde for que nos dirijamos, o que, por sua vez, nos impossibilita de realizar seja o que for, porque nada pode ser feito sem dinheiro, sobretudo com esses nativos da Índia.

Dom Manuel Lobo da Silveira errava ao afirmar que os administradores da Companhia Holandesa das Índias Orientais nunca relutavam em ceder o dinheiro para as despesas navais e militares acarretadas pelas dispendiosas campanhas de seus subordinados. Mas sua observação reflete o truísmo de que numa guerra entre ricos e pobres, quando todos os outros fatores são idênticos (moral, físico, equipamento, treino, táticas etc.), os ricos estão destinados a ganhar.

É evidente que, ao longo da prolongada luta entre portugueses e holandeses, nem sempre esses fatores foram idênticos. No caso de dois deles, o físico e a disciplina, a vantagem pertencia aos holandeses, especialmente no tea-

tro de guerra asiático. Os alistados nas companhias holandesas das Índias Orientais e das Índias Ocidentais eram, evidentemente, mercenários, e entre os soldados rasos havia sobretudo alemães, franceses, escandinavos e (antes de 1652) ingleses, embora com porcentagem maior de holandeses entre os oficiais. O físico dos europeus nórdicos era motivo de comentários invejosos de seus adversários no Brasil e no Ceilão; e se muitas vezes os holandeses resmungavam quanto à insuficiência de suas rações, eram invariavelmente mais bem alimentados do que os portugueses. Os soldados portugueses quase mortos de fome que se encontravam no Ceilão, em 1644, queixavam-se: “Estamos tão magros e famintos que nem três de nós se equiparam a um holandês”. O oficial português mais antigo, presente na reconquista da Bahia em maio de 1625, escreveu sobre a guarnição holandesa derrotada: “Eram todos jovens, homens escolhidos que brilhariam em qualquer infantaria do mundo”. Um dos defensores portugueses da Bahia, por ocasião do segundo ataque holandês, em 1638, escreveu em seu diário depois que o assalto final foi repelido: “Contamos os seus mortos quando os entregamos — 327 dos mais perfeitos que jamais poderíamos ter visto; pareciam gigantes e eram, sem dúvida, a flor da tropa holandesa”.

Por outro lado, os soldados portugueses, mandados como carne de canhão para os campos de batalha coloniais durante todo o século XVII, eram quase sempre recrutados à força entre presos e criminosos condenados, como monotonamente testemunham as reiteradas queixas das autoridades de Goa e da Bahia. Nem mesmo as autoridades da metrópole desconheciam as desvantagens que esse processo de recrutamento acarretava. Manuel Severim de Faria, o erudito cônego de Évora, escreveu em 1622, após ter recebido a notícia da queda de Ormuz:

Nada melhor podia ser esperado da má escolha que se faz em Portugal dos soldados que mandamos para a Índia, esvaziando as prisões de todos os rufiões que são encarcerados porque não sabem como manter a fé em Deus e no Homem. E portanto não é de surpreender que os que se comportam desse modo em seu país ajam do mesmo modo no estrangeiro.

Opinião idêntica foi expressa cerca de sessenta anos mais tarde pelo capitão João Ribeiro, veterano da guerra que ocorreu no Ceilão entre 1640 e

1658, a propósito dos contingentes de condenados enviados anualmente da prisão do Limoeiro: "Porque aquele que se comporta mal em Portugal não pode se comportar bem na Índia". Tampouco são menos numerosas as queixas oficiais de que uma porcentagem demasiado elevada dos novos recrutas embarcados para as conquistas era de meras crianças — era relativamente comum haver "soldados" de doze, dez e oito anos, e sabe-se de alguns de apenas seis. Além disso, muitos dos melhores recrutas adultos trocavam prontamente a espada de soldado pelo hábito do monge ou pela batina do noviço jesuíta, pouco depois da chegada a Goa. Esse costume foi tema de grande parte da correspondência acrimoniosa entre a Coroa, os vice-reis e as autoridades eclesiásticas ao longo de todo o século XVII. A própria persistência dessa correspondência mostra que nunca se conseguiu erradicar o abuso, apesar de todas as invectivas reais e dos vice-reis contra ele.

A carência de disciplina rígida e de treinamento militar adequado em tempo de paz também colocou os portugueses em franca desvantagem diante de seus adversários holandeses. Foi o que ocorreu na Ásia, onde, por motivos que discutiremos no capítulo 13, os portugueses, durante quase dois séculos, abstiveram-se de organizar unidades militares permanentes. A única tática que utilizavam era uma investida desorganizada ao grito guerreiro de "Santiago e a eles!". Mesmo na Europa, os portugueses eram sempre os últimos a adotar qualquer inovação nas táticas, no treinamento e no equipamento, como afirmou dom Francisco Manuel de Melo, preeminente escritor com experiência naval e militar considerável, em suas *Epanáforas* de 1660. Isso era bastante estranho, uma vez que seus vizinhos espanhóis estiveram na vanguarda do progresso militar durante todo o século XVI. Conseqüentemente, os portugueses foram alvo de muitas críticas desdenhosas de seus contemporâneos castelhanos, entre 1580 e 1640, por causa de sua "completa ignorância de qualquer forma de disciplina militar".

A falta de disciplina e de treinamento militar aliava-se a uma presunçosa autoconfiança, que os tornava notoriamente descuidados e negligentes em momentos e lugares críticos, quando eram necessários cuidados e vigilância adicionais. Francisco Rodrigues da Silveira escrevia por experiência pessoal ao se queixar, em 1595, de que os soldados da guarnição de Ormuz, em sua maioria, habitavam e dormiam fora da fortaleza, chegavam para o serviço de sentinela duas horas atrasados e quando se apresentavam, tardiamente, mandavam

um negro (ou uma negra) à frente para carregar suas armas. Alguns marinheiros holandeses que desembarcaram perto de Damão, no ano das tréguas de 1649, entraram na cidade sem ter encontrado ninguém, nem ter sido interrompidos, já que a população (incluindo a guarnição) dormia profundamente a sesta de quatro horas, de meio-dia às quatro da tarde. As guarnições portuguesas em geral não possuíam armas suficientes, e, quando a situação não era essa, as que empunhavam estavam maltratadas, enferrujadas ou imprestáveis por outros motivos, como testemunha uma sucessão de queixas a partir do tempo de Afonso de Albuquerque. Poderíamos dar outros inumeráveis exemplos daquilo que Manuel Severim de Faria qualifica com indignação como:

essa abominável negligência em que vivem nossos portugueses para além da barra de Lisboa, como se estivessem em segurança em casa, no interior de Portugal. Isso os levou muitas vezes aos reveses mais terríveis, pois ao lutar desarmados contra adversários fortemente armados ou somos derrotados ou então escapamos por um milagre do Céu.

Como em todos os confrontos que se arrastam por muito tempo, o decurso da luta entre portugueses e holandeses no mundo tropical foi amargurado por acusações mútuas de atrocidades e de crueldades infligidas aos prisioneiros de guerra. Aconteceu especialmente na campanha de Pernambuco de 1644-54, em que cada parte acusou a outra de incitar os respectivos auxiliares ameríndios a cometer barbaridades selvagens, e em que os chefes de ambos os lados chegavam a proibir os próprios homens de poupar o adversário. Nas fases finais da guerra do Ceilão, o cabo Saar conta como ele e alguns de seus camaradas, que haviam sido maltratados quando prisioneiros dos portugueses, se vingaram dos inimigos em fuga depois da batalha de Paniture, em outubro de 1655:

Porque embora nossos oficiais gritassem: "Camaradas, chamam-nos holandeses clementes, por isso mostremo-nos realmente assim e poupemos nossos inimigos!"; agimos, no entanto, como se não os tivéssemos ouvido, e atiramos nos homens com vigor e cortamos o caminho dos fugitivos assim que pudemos levantar as mãos e empunhar as armas, abatendo assim muitas centenas deles.

O odium theologicum também desempenhou seu papel ao exacerbar o ódio mútuo, e os portugueses se queixavam de que quando sofriam nas mãos dos holandeses, quer no Ceilão, quer no Brasil, seus piores opressores eram em geral os zelosos calvinistas, ou “pichelings”, como lhes chamavam por causa da pronúncia incorreta da palavra *Vlissingen* (“rubor da face”).

Tendo em vista as vantagens de que os holandeses dispunham, dentre as quais enumerei apenas algumas, pode-se perguntar por que levaram sessenta anos para conquistar parte da Ásia portuguesa, e por que fracassaram completamente em Angola e no Brasil depois de um começo tão promissor. Entre os vários motivos possíveis, podemos mencionar alguns. Embora não possa haver dúvidas de que, individualmente, os mercenários holandeses eram, de modo geral, mais fortes fisicamente do que seus adversários portugueses, estes estavam muitas vezes mais bem aclimados nos trópicos. Isso ajuda a explicar a vitória final luso-brasileira no Brasil, onde as batalhas dos Guararapes em 1648 e 1649 foram vencidas por homens habituados ao sol tropical e hábeis nas lutas no mato contra os que tinham sido treinados nos campos de batalhas mais frescos e formais de Flandres e da Alemanha. No Ceilão tropical, por outro lado, a vitória final coube aos holandeses. Em parte, sem dúvida, em virtude da ajuda que receberam de seus aliados cingaleses — ainda que os portugueses também tivessem seus *lascarins*, ou auxiliares, cingaleses fiéis —, mas sobretudo devido à incompetência crônica do alto comando português na ilha. Em contrapartida, em Pernambuco, os luso-brasileiros apresentaram os chefes mais eficientes, reunidos naquele notável triunvirato: João Fernandes Vieira (nascido na Madeira), André Vidal de Negreiros (nascido no Brasil) e Francisco Barreto (nascido no Peru), habilmente secundados, como já mencionado, pelo ameríndio Filipe Camarão e pelo negro Henrique Dias. As vicissitudes da luta em terra contrastavam fortemente com o curso da luta no mar, onde desde o início os holandeses estabeleceram e mantiveram superioridade esmagadora, tanto no Índico como no Atlântico sul. Mesmo quando perderam temporariamente o comando no mar com resultados desastrosos para eles próprios, como aconteceu em Luanda, em agosto de 1648, e em Recife, em janeiro de 1654, isso não se deveu a nenhuma derrota naval causada pelos adversários, mas a uma estratégia mal calculada e a falhas administrativas, associadas a acidentes provocados pelo vento e pelo tempo.

Excluindo considerações desse tipo, um tanto técnicas, o motivo básico

holandeses

colônias
de
sucessão

pelo qual os portugueses conseguiram conservar parte tão grande de seu decrépito império marítimo, apesar da superioridade esmagadora dos holandeses em muitos aspectos, deve-se a que, com todos os seus erros, fixaram raízes mais profundas como colonizadores. Conseqüentemente, em geral não podiam ser afastados da cena apenas por causa de uma derrota militar, ou mesmo por uma série de derrotas, como as que sofreram no Nordeste do Brasil entre 1630 e 1640, e em Angola entre 1641 e 1648. Muitos holandeses tinham consciência desse fato, que impressionou observadores tão diferentes quanto o governador-geral Antonio van Diemen, na Batávia, e o cabo Johann Saar, no Ceilão. O primeiro escreveu a seus superiores em Amsterdã, em 1642:

A maioria dos portugueses na Índia (= Ásia) consideram essa região seu país natal. Já não pensam mais em Portugal. Comerciam pouco ou nada com Portugal, e contentam-se com o comércio entre portos da Ásia, exatamente como se fossem dali e não tivessem nenhum outro país.

O cabo Saar, depois de alguns anos de serviço contra os portugueses no Ceilão, escreveu sobre eles, vinte anos mais tarde:

Seja aonde for que cheguem, eles pretendem se estabelecer aí o resto da vida, e nunca mais pensam em voltar para Portugal outra vez. Mas um holandês, quando chega à Ásia, pensa "Quando meu período de seis anos de serviço acabar, volto outra vez para a Europa".

Mutatis mutandis, críticas semelhantes podiam ser (e foram) feitas ao domínio temporário dos holandeses no Nordeste brasileiro e ao longo da costa de Angola e de Benguela. O conde Johan Maurits [Maurício] de Nassau, cujo governo esclarecido adotado no Brasil holandês é reconhecido por muitos brasileiros ainda hoje, nunca deixou de avisar a seus superiores em Haia e em Amsterdã que, a menos que enviassem colonos holandeses, alemães e escandinavos em grande número para substituir (ou para se misturar com) os colonos portugueses, estes iriam sempre se manter portugueses de coração e se revoltar na primeira oportunidade. E assim ocorreu em julho de 1645. O célebre viajante huguenote Jean-Baptiste Tavernier escreveu: "Os portugueses, aonde quer que vão, tornam o lugar melhor para os que lhes sucedem, en-

quanto os holandeses tentam destruir todas as coisas onde quer que ponham os pés". Tavernier tinha idéias notoriamente preconcebidas contra os holandeses, mas é verdade que, como explicou o cabo Saar, quando conquistaram Colombo, Cochim e outras colônias portuguesas bem construídas, desmantelaram muitas casas, muralhas e fortificações, contentando-se com cerca de um terço da superfície ocupada por seus predecessores. É também verdade que, durante o século XVI, os portugueses, direta e indiretamente, disseminaram o cultivo do cravo-da-índia nas Molucas, em especial ao introduzi-lo em Amboíno. Os holandeses, por sua vez, cortaram, mais tarde, enorme quantidade de craveiros-da-índia para não correrem o risco de excesso de produção, e forçaram (por meios chamados *Hongi-tochten*) a venda do cravo unicamente a eles, o que os portugueses nunca foram capazes de fazer. Os portugueses também haviam abastecido a ilha desabitada de Santa Helena com árvores frutíferas, porcos, cabras etc., para que servisse de escala onde os navios da Carreira da Índia pudessem conseguir alimentos frescos, caso houvesse essa necessidade. Os holandeses, nas primeiras idas à ilha, cortaram as árvores e tentaram devastá-la, mas acabaram alterando essa política destrutiva e seguiram o costume português.

Embora os portugueses, quase sempre, e com brutalidade, reforçassem suas reivindicações ao monopólio da "conquista, navegação e comércio" do oceano Índico, os holandeses ficaram contrariados ao descobrir, quando contestaram, com êxito, tais pretensões monopolistas, que os indianos "eram, no entanto, mais favoráveis aos portugueses do que a qualquer outra nação cristã", como Gillis van Ravewsteyn escreveu de Surate, em 1618. Quarenta e três anos depois, Willem Schouten queixou-se de que os pescadores de pérolas de Tuticorim preferiam, de longe, os opressores portugueses aos libertadores holandeses. Encontramos muitas declarações semelhantes de outros holandeses com longa experiência na Ásia reproduzidas na obra enciclopédica de Pieter van Dam, compilada para informação confidencial dos administradores da Companhia Holandesa das Índias Orientais no final do século XVII. Van Dam afirmava que, embora os portugueses muitas vezes maltratassem e afrontassem os indianos, "capturando e queimando seus navios, causando estragos em seus portos e os atacando, convertendo à força seus cativos ao cristianismo, aplicando taxas arbitrárias aos carregamentos que enviam por mar, comportando-se orgulhosa e arrogantemente em sua terra", ainda assim os indianos preferiam negociar com os portugueses a fazê-lo com quaisquer outros europeus.

Muitos escritores modernos, sobretudo portugueses, afirmam que essa atitude dos indianos, comum a outros asiáticos (ainda que não a todos), devia-se principalmente à proporção de portugueses que se casavam com mulheres indianas, muito maior do que a de europeus nórdicos, e ao fato de não terem nenhum preconceito de cor. Deve ser dado grande desconto a essas duas explicações, que, aliás, não se encontram entre as que chegaram do século XVII. No Oriente, os mercadores holandeses e ingleses também coabitavam com mulheres asiáticas, apesar de não se casarem com elas com tanta frequência como os portugueses. Ademais, as mulheres em questão eram quase sempre de casta ou classe baixa, ou prostitutas, ou convertidas ao cristianismo, consideradas renegadas por seus compatriotas respeitáveis; portanto, não exerciam nenhuma influência na vida política nem na política econômica. Longe de não terem preconceito racial, os portugueses, ao contrário, mostravam que o tinham, e em alto grau, em várias esferas, como se explica no capítulo 11, além do fato de (como observou Linschoten, sem exagerar demais), “em todos os lugares, serem senhores e donos, desprezando e aviltando os habitantes”.

Missionários } Diversos funcionários e comerciantes holandeses no Oriente observaram que os portugueses gozavam de significativa vantagem sobre os holandeses em face da influência e do prestígio que os missionários católicos romanos adquiriram em várias regiões. Vimos anteriormente que os métodos portugueses de propagação da fé eram às vezes mais coercivos do que persuasivos em locais onde exerciam o poder político livre de entraves, mas, onde conseguiam implantar o catolicismo romano, este em geral criava raízes firmes. Antonio van Diemen, um dos poucos governadores-gerais zelosamente calvinistas das Índias Holandesas Orientais, notou, com pesar, que, no campo do proselitismo religioso, os missionários portugueses “são muito superiores a nós, e seus padres papistas demonstram maior zelo e energia do que nossos pregadores e leitores leigos”. Pieter van Dam, ao escrever no fim do século, atribuía o êxito dos portugueses na manutenção de suas posições perigosamente expostas nas Sunda Menores fundamentalmente “ao fato de seus padres e seu clero terem a maior parte dos nativos ao seu lado, e de, conseguindo garantir assim grande vantagem sobre nós, terem sido capazes de colher todos os benefícios”. Os holandeses depararam com uma resistência de inspiração católica romana contra seu governo na região costeira do Ceilão e na Índia meridional; e o calvinista escocês Alexander Hamilton, “comerciante sem licença”,

queixou-se de que os bantos da região do Zambeze e do litoral moçambicano “só comerciavam com os portugueses que mantêm alguns padres na costa marítima, que inspiram um temor excessivo aos nativos tolos e conseguem as presas de elefante e o ouro em troca de bagatelas”. Os missionários jesuítas na corte de Pequim foram os grandes responsáveis pelo fracasso de todos os esforços dos holandeses com vistas a estabelecer um comércio oficialmente reconhecido com a China, embora as autoridades provinciais de Kwantung e Fuquiém estivessem, em geral, a favor da aceitação dos “bárbaros de cabelo vermelho”, após o início da dinastia Manchu em 1644.

A estreita cooperação entre a Cruz e a Coroa, uma das características dos impérios ibéricos, nem sempre foi, evidentemente, vantajosa para os portugueses em sua luta contra os holandeses. O receio de uma “quinta-coluna” cristã constituiu uma das principais razões para o fechamento do país, ordenado pelo governo japonês, a todos os europeus, com exceção dos holandeses, em 1639. Esse receio, que havia muito estava latente no pensamento dos ditadores militares japoneses, foi deliberadamente exacerbado pelos holandeses e ingleses protestantes, no princípio do século XVII, com a denúncia de que os missionários católicos eram perigosos agentes subversivos. No outro lado do mundo, o rei católico romano do Congo e seu clero nativo, apesar de rejeitar sem hesitação as tentativas de propaganda dos calvinistas holandeses, acolhiam com entusiasmo as notícias das vitórias holandesas. Chegaram até a rezar nas igrejas pelo êxito dos exércitos holandeses protestantes contra os portugueses católicos em Angola, entre 1641 e 1648. Dom Mateus de Castro, bispo titular de Crisópolis, goense de nascimento, cultivava tamanha antipatia por seus correligionários portugueses que incitou, de um lado, a calvinista Companhia Holandesa das Índias Orientais e, de outro, o sultão muçulmano de Bijapur a atacarem Goa, na década de 1644 a 1654. Embora os missionários jesuítas fossem muitas vezes bem recebidos como enviados à corte do grão-mogol, o “grão-sufi” da Pérsia, xá Abbas I, solicitou, em 1614, que não lhe mandassem mais frades agostinianos nem padres jesuítas como enviados diplomáticos, “porque um religioso fora de sua cela era como um peixe fora d’água”. Mas a atitude do xá Abbas não era compartilhada por muitos na Ásia. Na Índia e no Japão, respectivamente, os brâmanes e os sacerdotes budistas não raro eram utilizados como enviados diplomáticos, e a maioria dos governantes asiáticos não via incongruência no fato de missionários portugueses desempenharem funções dessa natureza.

De todo modo, as autoridades holandesas admitiam, com pesar, que seus ministros calvinistas ou *predikanten* jamais poderiam competir em igualdade de condições com os padres católicos romanos. Durante a ocupação holandesa de Pernambuco (1630-54), muitos holandeses se aproximaram da (ou se reconciliaram com a) Igreja de Roma; enquanto os conversos do catolicismo para o calvinismo eram tão raros quanto dentes numa galinha. O mesmo se passou nas possessões portuguesas asiáticas conquistadas pelos holandeses, e onde quer que houvesse uma comunidade católica romana sob o domínio dos hereges. Os eurasiáticos da Batávia, de Malaca, de Coromandel, do Ceilão e de Malabar, sempre que podiam, e muitas vezes à custa de grandes riscos pessoais, deixavam o *predikant* pregando para as paredes e esgueiravam-se para ouvir qualquer padre católico romano disfarçado, de passagem, dizer a missa, batizar os filhos deles ou celebrar casamentos. Com poucas exceções — sendo Amboíno a principal —, os conversos ao calvinismo pelos holandeses nas antigas possessões portuguesas não deixaram nenhum vestígio no mundo tropical da atualidade, enquanto as comunidades católicas romanas semeadas pelos portugueses ainda florescem em muitas regiões.

Outro motivo por que os asiáticos — ou muitos deles — preferiam lidar com os portugueses e não com os ingleses ou com os holandeses foi explicado pelo cronista Antonio Bocarro, quando escreveu sobre o comércio de têxteis em Guzerate, em 1614. Enquanto os portugueses, mais pobres e mais modestos, empregavam nativos da região para empacotar, transportar e carregar tudo o que compravam em terra, as Companhias Holandesa e Inglesa das Índias Orientais insistiam em fazer com que muito desse trabalho manual fosse executado por seus próprios marinheiros e empregados brancos. Além de utilizar maior quantidade de mão-de-obra local, os portugueses se contentavam em obter um lucro menor em certos produtos, em vários períodos e locais. Francisco Pelsaert, o administrador holandês de Agra, ao escrever sobre o declínio do comércio português com Guzerate, em 1626, observou:

Por causa dessa decadência, somos amaldiçoados não só pelos portugueses, mas pelos hindus e muçulmanos, que jogam toda a culpa em nós dizendo que somos o flagelo de sua prosperidade; porque, mesmo que o comércio holandês e inglês valesse um milhão de rupias anuais, isso não se pode comparar com o comércio anterior que era muitas vezes superior, não só na Índia mas também na Arábia e na Pérsia.

Correndo o risco de excessiva simplificação, talvez possamos dizer que, embora os holandeses fossem, a princípio, calorosamente acolhidos por muitos povos asiáticos como reação ao orgulho e às pretensões portuguesas, a experiência não demoraria a mostrar que os que caíram na esfera do monopólio da Companhia Holandesa das Índias Orientais saíram da frigideira e caíram na brasa.

Além da luta direta e da rivalidade econômica, política e religiosa entre portugueses e holandeses, outra característica dessa luta merece ser mencionada: a batalha entre as duas línguas. Quanto a esse aspecto, os portugueses levaram a palma com facilidade. Uma vez que a expansão ultramarina da Europa foi iniciada pelos portugueses, a língua portuguesa (ou uma adaptação dela) tornou-se a língua franca da maioria das regiões costeiras que eles abriram ao comércio e aos empreendimentos europeus em ambos os lados do globo. Por ocasião do confronto com os holandeses, a língua portuguesa já criara raízes demasiado profundas para ser erradicada, mesmo nos domínios coloniais em que os holandeses tentaram substituí-la. Durante os 24 anos em que os holandeses dominaram todo ou parte do Nordeste brasileiro, a população subjugada recusou-se obstinadamente a aprender a língua de seus senhores heréticos, e acredita-se que apenas duas palavras holandesas sobreviveram na linguagem popular pernambucana. Em Angola e no Congo, apesar de a grande maioria dos bantos ter se reunido em torno dos holandeses entre 1641 e 1648, seus escravos, auxiliares e aliados negros continuaram a utilizar o português e não fizeram nenhum esforço para aprender o holandês. No Nordeste brasileiro, vários filhos de chefes tapuias foram enviados à Holanda com o propósito de ser educados, e lá aprenderam a língua e se converteram à religião dos holandeses. Mas poucas andorinhas não fazem verão, e os missionários jesuítas logo destruíram qualquer vestígio de influência holandesa entre os ameríndios brasileiros, a partir de 1656.

Na Ásia, o português, ou, antes, as formas crioulas que dele procederam, resistiram com êxito mais notável à pressão e à legislação oficial holandesa. O rei (ou imperador) de Candi, no Ceilão, o rajá Sinha II (1629-87), embora tivesse se aliado aos holandeses contra os portugueses, recusou-se a aceitar cartas ou despachos escritos em holandês e insistiu em que fossem escritos em português, língua que falava e escrevia com fluência. Os governantes muçulmanos de Macacar também falavam português fluente, e um deles tinha até

lido no original todas as obras devocionais do escritor espanhol frei Luís de Granada, O.P. Em abril de 1645, Gerrit Demmer, governador das Molucas, observou que o português, “ou até mesmo o inglês”, pareciam ser línguas mais fáceis e mais atrativas para os nativos de Amboíno do que o holandês. A prova mais espantosa da vitória da língua de Camões sobre a de Vondel foi a fornecida pela capital colonial holandesa da Batávia, “a rainha dos mares orientais”. Os portugueses nunca puseram os pés lá, a não ser como prisioneiros de guerra ou como visitantes ocasionais e de passagem. No entanto, o dialeto crioulo procedente do português foi introduzido por escravos e criados domésticos da região da baía de Bengala e era falado pelos holandeses e pelas mulheres de casta intermediária, nascidos e criados na Batávia, às vezes com exclusão da própria língua materna. Houve muitas críticas oficiais a esse costume, mas, como autoridades da Batávia observaram em 1647, a maior parte dos holandeses considerava “uma grande honra saber falar uma língua estrangeira” — ao contrário de seus antecessores portugueses e sucessores ingleses e franceses criadores de impérios. O mesmo se passou em muitos outros lugares; até no cabo da Boa Esperança, onde as condições favoreceram o desenvolvimento da colonização branca depois das primeiras décadas difíceis, o português crioulo manteve-se durante muito tempo como língua franca, e não deixou de ter influência no desenvolvimento do africâner. O governador-geral Johan Maetsuyker e seu conselho na Batávia assim explicaram aos administradores da Companhia Holandesa das Índias Orientais, em 1659:

A língua portuguesa é fácil de falar e de aprender. É esse o motivo por que não podemos impedir os escravos trazidos para cá de Arakan, que nunca ouviram uma palavra sequer de português (e até nossos próprios filhos), de preferirem essa língua a todas as outras e de a considerarem a sua.